

No. 38577

**Brazil
and
Suriname**

Agreement to reduce the negative impacts of artisanal gold mining activities between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Suriname. Paramariho, 16 April 2002

Entry into force: *16 April 2002, in accordance with its provisions*

Authentic texts: *Portuguese and English*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 12 July 2002*

**Brésil
et
Suriname**

Accord afin de diminuer les effets négatifs des activités artisanales de l'extraction de l'or entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Suriname. Paramariho, 16 avril 2002

Entrée en vigueur : *16 avril 2002, conformément à ses dispositions*

Textes authentiques : *portugais et anglais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 12 juillet 2002*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

I

Paramaribo, 16 de abril de 2002.

Senhora Ministra,

Tenho a honra de referir-me à visita oficial de Vossa Excelência a Brasília, no ano passado, e à aprovação de Vossa Excelência e do Ministro Celso Lafer em princípio a um projeto para redução de impactos negativos da mineração artesanal de ouro no Suriname, e considerando:

- a) a preocupação com o estado de saúde das comunidades brasileiras e surinamesas de garimpeiros e com a dificuldade de seu acesso às facilidades de saúde;
- b) que as operações de mineração têm um grave impacto no meio ambiente, na saúde dos trabalhadores e na saúde da comunidade local;
- c) que a grande mobilidade da comunidade de garimpeiros dentro do Suriname e nas zonas fronteiriças faz com que suas condições de saúde sejam do mais amplo interesse da saúde pública;
- d) que o uso incontrolado de mercúrio em larga escala está criando problemas de exposição direta dos próprios garimpeiros, bem como de exposição prolongada do meio ambiente e acúmulo desse metal na cadeia alimentar, particularmente no peixe;
- e) que o acesso limitado dos garimpeiros brasileiros e surinameses à informação e ao tratamento de saúde resulta em sofrimento dos próprios trabalhadores;

A Sua Excelência a Senhora
Maria Elisabeth Levens
Ministra dos Negócios Estrangeiros
da República do Suriname

- f) que o uso descontrolado de profiláticos de malária contribui para a resistência aos medicamentos;
- g) que, enquanto estes riscos maiores associados à mineração artesanal são amplamente conhecidos, a falta de informação abrangente e confiável sobre a situação atual revela a não disponibilidade de dados sólidos para fundamentar intervenções para correção dos problemas;
- h) a necessidade de executar projetos e atividades específicas de cooperação técnica que possam contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento econômico e social de ambos os países;
- i) a necessidade de implementar projetos e atividades de cooperação técnica para a melhoria da qualidade de vida de significativas parcelas das populações afetadas às áreas dos projetos;
- j) que os projetos e atividades identificados apontarão significativos benefícios às políticas setoriais dos nossos países, além de contribuir para o fortalecimento institucional e se revestirem de caráter multiplicador; e
- k) que a cooperação técnica é um valioso instrumento para o diálogo político.

2. Em vista destas considerações, o Governo da República Federativa do Brasil propõe ao Governo da República do Suriname apoio mútuo e participação, por meio dos órgãos de cada país, em programa de cooperação técnica, juntamente com a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS). Os ajustes propostos têm o objetivo de identificar as ações de cooperação técnica para reduzir os impactos negativos da mineração artesanal de ouro no Suriname, bem como de estabelecer os parâmetros para sua implementação, nos seguintes termos:

- a) o Governo brasileiro identificará as instituições brasileiras e as experiências existentes no Brasil para contribuir para a melhoria da saúde ocupacional e das condições de saúde pública da população nas áreas de mineração e das tecnologias de mineração e para a diminuição dos impactos ambientais;
- b) as instituições brasileiras identificadas participarão de missão de diagnóstico no Suriname para realizar, em conjunto com o Governo do Suriname e a OPAS, levantamento de dados sobre a situação das atividades da mineração artesanal de ouro, dos aspectos de saúde e do impacto ambiental decorrente dessa atividade. Essa missão será financiada pela OPAS e as informações resultantes ficarão sob a responsabilidade das instituições participantes no Brasil e no Suriname;
- c) o Governo do Suriname participará da missão de diagnóstico com técnicos e instituições identificadas no lado surinamês e compartilhará com a parte brasileira a experiência adquirida, o conhecimento e as informações obtidas sobre a mineração do ouro no Suriname;
- d) com base nos resultados desse diagnóstico serão examinados os objetivos de: 1) reduzir o impacto negativo da mineração do ouro à saúde da população em geral nas áreas afetadas; 2) reduzir riscos de saúde ocupacional e geral para os garimpeiros brasileiros e surinameses no interior do Suriname e suas famílias; e 3) promover melhores práticas de mineração no que diz respeito à eliminação do uso de mercúrio entre os mineradores artesanais do ouro;
- e) cada projeto ou atividade de cooperação técnica identificado deverá indicar as instituições e as responsabilidades de ambos os Governos em sua implementação, os objetivos, os resultados esperados, o cronograma de execução e os recursos financeiros, no entendimento de que a cooperação horizontal se baseia no princípio do compartilhamento de custos. Os projetos e atividades acima mencionados terão documentos jurídicos próprios;

- f) para a implementação de projetos ou atividades específicas poderá ser considerada a participação de terceiros países e de organismos multilaterais de cooperação;
- g) o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname assinarão um Memorando de Entendimento com a OPAS, ressaltando o escopo do programa tripartite de cooperação técnica; e
- h) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Suriname serão responsáveis pela coordenação, monitoramento e avaliação das atividades de cooperação implementadas no âmbito dos mencionados projetos de cooperação técnica;

3. Caso a proposta acima seja aceita pelo Governo da República do Suriname, tenho igualmente a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência confirmando o entendimento acima, em nome do Governo da República do Suriname, constituam um acordo entre os dois Governos, ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica assinado em Brasília, em 22 de março de 1976, que entrará em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência e terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a menos que um dos Governos informe o outro, por escrito, com seis meses de antecedência, de sua decisão de denunciá-lo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.



Osmar Chohfi
Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

[ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS]

Paramaribo, April 16th , 2002.

Excellency,

I have the honour to address you in connection with your official visit to Brasilia last year and the approval that you and Minister Celso Lafer have given in principle to a project to reduce the negative impacts of artisanal gold mining activities in Suriname and considering that:

- a) the concern on the health conditions of the Brazilian and Surinamese gold miners communities and the difficulties of their access to health care facilities;
- b) the mining operations have a severe impact on the environment, on workers health and health of the local community;
- c) the high mobility of the mining community in Suriname and across borders brings their health conditions to a broader public health interest;
- d) the uncontrolled use of mercury on a large scale is creating problems of direct exposure of miners themselves as well as the long-term exposure of the environment, and accumulation in the food chain, particularly fish;
- e) the limited access of the Brazilian and Surinamese miners to information and health care results in suffering of the workers themselves;
- f) the uncontrolled use of malaria prophylaxis contributes to drug resistance;
- g) while these broad risks associated with artisanal mining are generally recognised, the lack of comprehensive and reliable information about the actual situation reveals that there are no available solid data to support interventions to address the problems;
- h) the necessity to implement technical co-operation projects and activities to contribute effectively to the economical and social development of both countries;
- i) the necessity to implement technical co-operation projects and activities to improve the quality of life of significant portions of the population linked to the project areas;
- j) the identified projects and activities will bring significant benefits to the sectorial policies of our countries, besides to contribute to the institutional strengthening and having themselves a multiplier effect; and
- k) the technical co-operation is a worthy instrument for political dialogue.

2. In relation to the above mentioned considerations, the Government of the Federative Republic of Brazil would like to propose to the Government of the Republic of Suriname mutual support and participation through the appropriate national agencies of each country, in a technical co-operation program together with Pan-American Health Organization (PAHO). Proposed arrangements aim to identify the technical co-operation actions to reduce the negative impacts caused by artisanal gold mining activities in Suriname, as well as to establish the parameters to its implementation, as follows:

- a) the Brazilian Government will identify the Brazilian institutions and the existing experiences in Brazil to contribute to the improvement of the occupational and public

health conditions of the population in the mining areas and of the mining technologies and also to the diminishing of the environmental impact;

b) the identified Brazilian institutions will participate on a diagnostic mission carried out in Suriname to facilitate, together with the Government of Suriname and PAHO, a data survey about the situation of the artisanal gold mining activities, health aspects and the environmental impact resulting of this activity. This mission will be financed by PAHO, whereas the resulting data will be under the responsibility of the participating institutions of Brazil and Suriname;

c) the Government of Suriname will participate in the diagnostic mission with identified Surinamese experts and institutions and will share with the Brazilian counterpart the existing experience, knowledge and data on gold mining in Suriname;

d) based on the results of this diagnosis, the following objectives will be examined: 1) to reduce the negative impact of gold mining on the health of the general population in the affected areas; 2) to reduce the risks of occupational and general health to the Brazilian and Surinamese gold miners in the Suriname in-country and their families; and 3) to promote better mining practices concerning the elimination of the use of mercury among artisanal gold miners;

e) each identified technical co-operation project or activity must indicate the institutions and the responsibilities of both Governments on its implementation, the objectives, outputs, workplan and the financial resources, on the understanding that the horizontal co-operation is based on the cost sharing principle. The above-mentioned projects and activities will have specific juridical documents;

f) the participation of third countries and multilateral co-operation organisms for the implementation of specific projects or activities could also be considered;

g) The Government of the Republic of Suriname and the Government of the Federative Republic of Brazil will sign a Memorandum of Understanding with PAHO outlining the scope of the tripartite technical co-operation program; and

h) the Brazilian Co-operation Agency of the Ministry of Foreign Relations (ABC/MRE) and the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Suriname will be responsible for the coordination, monitoring and evaluation of the co-operation activities implemented under the mentioned technical cooperation projects.

3. In case the above mentioned proposal is acceptable to the Government of the Republic of Suriname, I have further the honour to propose that this Note and Your Excellency's Note in reply confirming, on behalf of the Government of the Republic of Suriname, the foregoing arrangements be regarded as constituting an agreement between the two Governments, under the scope of the Basic Agreement on Scientific and Technical Co-operation, signed in Brasilia on the 22 of March 1976, which will enter into force on the date of Your Excellency's reply and will be valid for a period of two (2) years, and could be extended for an equal period, unless one of the Governments informs the other, in writing, six (6) months in advance, of its decision to denounce it.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurances of my highest consideration.

OSMAR CHOFI
Secretary General of the Ministry
of Foreign Relations of the
Federative Republic of Brazil

Her Excellency
Maria Elisabeth Levens
Minister of Foreign Affairs of
the Republic of Suriname

II

Paramaribo, April 16, 2002

Excellency,

I have the honour to acknowledge the receipt of Your Excellency's Note of today's date, which reads as follows:

[See note I]

I have further the honour to confirm, on behalf of the Government of the Republic of Suriname, the foregoing arrangements and to agree that Your Excellency's Note and this Note shall be regarded as constituting an agreement between the two Governments under the scope of the Basic Agreement on Scientific and Technical Cooperation, signed in Brasilia on 22nd March 1976, which will enter into force on the date of this reply and will be valid for a period of two (2) years and could be extended for an equal period, until one of the Parties inform the other, in writing, six (6) months in advance of its decision to renounce it.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration.

MARIA ELISABETH LEVENS
Minister of Foreign Affairs of the
Republic of Suriname

His Excellency Osmar Chohfi
Secretary General of the Ministry
of Foreign Relations of the
Federative Republic of Brazil

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

I

Paramaribo, le 16 avril 2002

Madame le Ministre,

J'ai l'honneur de m'adresser à vous au sujet de votre visite officielle à Brasília l'année dernière et de l'approbation de principe que vous-même et le Ministre Celso Lafer avez donnée à un projet visant à réduire les effets dommageables de l'extraction artisanale de l'or à Suriname, étant entendu que :

a) Les conditions sanitaires des mineurs brésiliens et surinamais sont préoccupantes de même que les difficultés d'accès aux services de santé auxquelles se heurtent ces travailleurs;

b) L'extraction de l'or a des effets délétères sur l'environnement, sur la santé des travailleurs et sur la santé des communautés locales;

c) La mobilité professionnelle élevée des mineurs au Suriname et en dehors du pays appelle l'attention accrue des services de santé publique sur les problèmes de santé des mineurs;

d) L'utilisation non contrôlée de mercure sur une large échelle expose directement tant les mineurs eux-mêmes que l'environnement à long terme, et que le mercure s'accumule dans la chaîne alimentaire, notamment les populations halieutiques;

e) Du fait de leur accès limité à l'information et aux soins de santé, les mineurs brésiliens et surinamais sont appelés à souffrir;

f) Le recours non contrôlé à des traitements prophylactiques antipaludiques contribue à la résistance aux médicaments;

g) Si l'on reconnaît généralement les graves risques associés à l'extraction artisanale, faute de renseignements globaux et fiables sur la situation réelle, on ne dispose pas des données concrètes sur lesquelles on puisse s'appuyer pour traiter de ces problèmes;

h) Il est nécessaire de réaliser des projets et activités de coopération technique qui contribuent de manière efficace au développement économique et social des deux pays;

i) Il est nécessaire de réaliser des projets et activités de coopération technique qui améliorent la qualité de la vie de larges segments de la population dans les zones des projets;

j) Les projets et activités définis doivent contribuer de manière significative à la mise en oeuvre des politiques sectorielles des deux pays et au renforcement des institutions et qu'ils doivent avoir un effet d'entraînement; et

k) La coopération technique est un instrument précieux du dialogue politique.

2. Compte tenu des considérations qui précèdent, le Gouvernement de la République fédérative du Brésil souhaiterait proposer au Gouvernement de la République du Suriname que les deux pays s'appuient mutuellement et participent l'un et l'autre au travers d'organismes nationaux appropriés à un programme de coopération technique conjointement avec l'Organisation panaméricaine de la santé (OPS). Les arrangements proposés visent à iden-

tifier les activités de coopération technique propres à réduire les effets dommageables de l'extraction artisanale de l'or au Suriname et à établir les paramètres de leur application, comme suit :

a) Le Gouvernement brésilien identifiera les institutions brésiliennes et les activités en cours qui contribuent à l'amélioration de la situation professionnelle et sanitaire des populations des zones minières ainsi que des technologies minières et qui permettent de réduire l'impact sur l'environnement, et fera état de l'expérience acquise à ce sujet;

b) Les institutions brésiliennes identifiées participeront à une mission d'enquête effectuée au Suriname, conjointement avec le Gouvernement du Suriname et l'OPS, en vue de faciliter une étude de la situation quant à l'extraction artisanale de l'or, et des aspects sanitaires et de l'impact sur l'environnement de telles activités. La mission sera financée par l'OPS mais il appartiendra aux institutions participantes du Brésil et du Suriname de recueillir les données pertinentes;

c) Le Gouvernement du Suriname participera à la mission d'enquête avec les experts et institutions identifiés du Suriname et mettra à la disposition de ses homologues brésiliens les données de son expérience, ses connaissances et les données recueillies sur l'extraction de l'or au Suriname;

d) À la lumière des résultats de l'enquête, les objectifs suivants seront examinés : 1) réduire les effets dommageables de l'extraction de l'or sur la santé publique dans les zones concernées; 2) réduire les risques professionnels et le danger posé à la santé des mineurs brésiliens et surinamais au Suriname et à leurs familles; et 3) promouvoir de meilleures pratiques minières en vue d'éliminer l'utilisation du mercure par les mineurs pratiquant l'extraction artisanale de l'or;

e) Chaque projet ou activité de coopération technique identifié devra indiquer les institutions pertinentes des deux Gouvernements et les responsabilités qui incombent à ceux-ci - mise en oeuvre, objectifs, résultats, plan de travail et ressources financières -, étant entendu que la coopération horizontale est fondée sur le principe du partage des coûts. Les projets et activités ci-dessus mentionnés feront l'objet de documents juridiques précis;

f) La participation de pays tiers et d'organismes de coopération multilatérale à la mise en oeuvre de projets ou d'activités particuliers pourrait être également envisagée;

g) Le Gouvernement de la République du Suriname et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil concluront un Mémoire d'accord avec l'OPS, qui établira la portée du programme tripartite de coopération technique; et

h) L'Agence de coopération brésilienne du Ministère des relations extérieures (ABC/MRE) et le Ministère des affaires étrangères de la République du Suriname seront chargés de coordonner, de surveiller et d'évaluer les activités de coopération réalisées dans le cadre des projets ci-dessus mentionnés de coopération technique.

3. Si les propositions qui précèdent sont acceptables au Gouvernement de la République du Suriname, j'ai également l'honneur de proposer que la présente note et la note en réponse de Votre Excellence confirmant, au nom du Gouvernement de la République du Suriname, les arrangements qui viennent d'être évoqués, soient considérées comme constituant un accord entre les deux Gouvernements relevant de l'Accord de base relatif à la coopération scientifique et technique signé à Brasilia le 22 mars 1976 et entrant en vigueur à

la date de la réponse de Votre Excellence; ledit Accord demeurera en vigueur pendant une période de deux (2) ans et pourra être prorogé pour une période de même durée à moins que l'un des deux Gouvernements n'informe l'autre, moyennant un préavis donné par écrit de (6) six mois, de sa décision de le dénoncer.

Je saisis cette occasion, etc.

Le Secrétaire général du Ministère des relations extérieures
de la République fédérative du Brésil,
OSMAR CHOIFI

À Son Excellence
Madame Maria Elisabeth Levens
Ministre des affaires étrangères
de la République du Suriname

II

Paramaribo, le 16 avril 2002

Monsieur le Secrétaire général,

J'ai l'honneur d'accuser réception de la note de Votre Excellence de ce jour, dont la teneur est la suivante :

[Voir note I]

J'ai également l'honneur de confirmer, au nom du Gouvernement de la République du Suriname, les arrangements qui précèdent et de vous informer que la note de Votre Excellence constituera, avec la présente note, un accord entre nos deux Gouvernements relevant de l'Accord de base relatif à la coopération scientifique et technique signé à Brasilia le 22 mars 1976 et entrant en vigueur à la date de la présente réponse; l'Accord demeurera en vigueur pendant une période de deux (2) ans, et pourra être prorogé pour une période de même durée à moins qu'une des deux Parties n'informe l'autre, moyennant un préavis écrit de six (6) mois, de sa décision de le dénoncer.

Je saisis cette occasion, etc.

MARIA ELISABETH LEVENS
Ministre des affaires étrangères de
la République du Suriname

À Son Excellence
Monsieur Osmar Chohfi
Secrétaire général du Ministère des relations extérieures
de la République fédérative du Brésil

